

A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: APONTAMENTOS SOBRE TEORIA E MÉTODO.

Laélia Portela Moreira y Stella Maria de Azevedo Peixoto Pedrosa.

Cita:

Laélia Portela Moreira y Stella Maria de Azevedo Peixoto Pedrosa (2017). *A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: APONTAMENTOS SOBRE TEORIA E MÉTODO*. XII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-022/231>

A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: APONTAMENTOS SOBRE TEORIA E MÉTODO

Laelia Carmelita Portela Moreira

Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa

3 | Estado y políticas públicas

MESA 49 | Políticas sociales y sociedad: lecturas sociológicas

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) / Universidade Estácio de Sá (UNESA)

moreira.laelia@gmail.com

smpedrosa@gmail.com

Resumo

O campo da política educacional, originalmente vinculado à Ciência Política, recebe hoje contribuições de diversas disciplinas, importantes para compreender seu impacto e as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Como campo recente, apresenta dificuldades analíticas, dentre as quais a linearidade das análises *Top down e Bottom up* e a compreensão da trajetória das políticas como um ciclo de etapas sucessivas. Este trabalho discute os enfoques e abordagens utilizados na investigação sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído no Brasil uma década atrás, com base em 23 teses publicadas sobre o assunto. Os resultados indicam a presença de dois tipos de trabalhos: (a) estudos críticos que analisam o Prouni como macropolítica e tensionam a relação público/privado e (b) estudos exploratórios que se ocupam da implementação do Programa e focalizam seus efeitos, com base em pesquisa de campo realizada em uma ou mais Instituições de Educação Superior (IES). As abordagens metodológicas são predominantemente qualitativas e os referenciais incluem grande diversidade de autores notando-se, entretanto, a ausência de estudos baseados na literatura teórica relacionada ao campo da política educacional.

Palavras-chave: Prouni. Educação Superior. Política Educacional.

Introdução

A institucionalização da pesquisa em Educação no Brasil teve início no final da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e desdobrou-se, a partir da década de 1950, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com seus vários centros regionais¹, nos quais se estabeleceram, segundo Gatti², as bases iniciais da pesquisa com fundamento empírico no Brasil. No entanto, é apenas a partir do final dos anos 1960 e do deslocamento das atividades investigativas para a universidade que a produção científica nessa área começa a se firmar. Cunha³ demarca o ano de 1971 como o início da fase em que os programas de pós-graduação passam a representar preponderante papel na produção da pesquisa educacional, cuja expressão se dá na forma de pesquisas de discentes — dissertações e teses — e pesquisas de docentes⁴.

Quanto à pesquisa em política educacional⁵, embora a partir do final da década de 1960 fosse possível encontrar termos como “política educacional” ou “políticas educacionais” em títulos de dissertações e teses, segundo Mainardes e Gandin⁶ até meados da década de 1970 estas pesquisas enquadravam-se nos estudos de Administração da Educação, Planejamento e Educação Comparada. Para estes autores, outros marcos relacionados à estruturação desse campo de estudos foram a introdução dessas disciplinas nos currículos de graduação, a criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), em 1944, e de outras publicações e livros que focalizaram estes temas, assim como a criação da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE), em 1961, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 1976, além da recomendação da Capes, a partir de 1990, para que os programas de pós-graduação fossem organizados em linhas de pesquisa. Entretanto, apesar do crescimento recente da pesquisa nesse campo, há certo consenso de que a pesquisa em política educacional ainda apresenta diversas fragilidades. Dentre estas, as que tratam da escolha de enfoques e abordagens, com todas as consequências epistemológicas e metodológicas que tal decisão acarreta.

A oposição entre os modelos hipotético-dedutivos de pesquisa e aqueles baseados na observação expressa duas posições epistemológicas que se distinguem pelo modo de aproximação

¹ No Rio Grande do Sul, em Pernambuco, São Paulo, na Bahia e em Minas Gerais.

² GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

³ CUNHA, L. A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação. In: *Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação*, Brasília, CAPES/MEC, 1979.

⁴ MOREIRA, L. P. *Pedagogia e construção do conhecimento: questões de teoria e método*. Marília, SP: Poiesis, 2015.

⁵ Adotando a terminologia proposta por César Tello (2013) utilizamos a expressão “Política Educacional” para designar esse campo de estudo, distinguindo-o das políticas educacionais propriamente ditas, que constituem o objeto deste campo teórico.

⁶ MAINARDES, J. e GANDIN, L. A. “A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais”. In: TELLO, C. e ALMEIDA, M. L. P. de. (Orgs.) *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 143-168.

do real e pela produção dos conhecimentos que resulta desse esforço. O que está em jogo, de fato, é a conhecida discussão que, travada no âmbito da filosofia da ciência, focaliza os contextos da prova e da descoberta, ora opondo-os, ora eliminando essa oposição. Na perspectiva da sociologia da Educação, essa questão é bem problematizada por Brochier⁷, que conduz instigante discussão sobre a relação teoria/empíria na pesquisa sociológica, na qual aborda os riscos da minimização da observação dos fatos em favor da pesquisa previamente determinada pela teoria, dentre estes o da transferência de modelos inadequados à área e a miopia empírica. Questionamento similar também é apresentado por Tello⁸, que assinala a inadequação dos estudos, os quais, mesmo tendo por objetivo a exploração e compreensão de fenômenos desconhecidos, muitas vezes partem de esquemas hipotético-dedutivos fechados, em detrimento da formulação de perguntas pertinentes, necessárias até mesmo para a formulação posterior de hipóteses mais consistentes sobre o fenômeno em tela.

Quanto à pesquisa em política educacional, múltiplas são as dificuldades analíticas encontradas pelos pesquisadores desse campo e diversos são os autores, (Arretche⁹; Azevedo e Aguiar¹⁰, dentre outros) que assinalam a fragilidade e fraca acumulação dos conhecimentos nessa área, decorrentes da pouca consistência de referenciais teórico-metodológicos, da insuficiente interlocução com a bibliografia das ciências sociais e com a literatura internacional, além do hiato, mencionado por autores como Ball e Mainardes¹¹, entre os estudos macrossociológicos e os que enfocam as micropolíticas.

Este texto apresenta a análise de um conjunto de teses sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudo em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas a estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas (ou que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas na condição de bolsistas)¹².

Como política social e educacional, o Prouni lida com diferentes forças e atores em disputa por recursos e oportunidades e os estudos sobre essa temática não estão imunes às dificuldades mencionadas anteriormente, às quais se pode acrescentar sua inserção no espectro mais amplo da

⁷ BROCHIER, C. “Algumas observações e proposições sobre a metodologia das pesquisas de sociologia empírica”. *Pro-posições*, v. 17, n. I (49), jan./abr, 2006. p. 243-268.

⁸ TELLO, C. G. “El objeto de estudio en ciencias sociales: entre la pregunta y la Hipótesis”. *Cinta Moebio* 42, p. 225-242, 2011. Disponível em: <www.moebio.uchile.cl/42/tello.html> Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹ ARRETICHE, M. “Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 51, fev. 2003, p.7-9.

¹⁰ AZEVEDO, J. M. L. e AGUIAR, M. A. “A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED”. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 77; p 49-70, Dezembro, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7045.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2008.

¹¹ BALL, S. MAINARDES, J. “Introdução”. In BALL, S. MAINARDES, J. (ORGS). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 11-20.

¹² O Prouni foi criado no âmbito do PNE/2001, pela lei 10.196/2005, com o objetivo de ampliar a escolaridade líquida de jovens entre 18 e 24 anos, a partir da constatação de que, naquele momento, apenas 13,2% da população dessa faixa etária estava matriculada em cursos de graduação, abaixo do índice de 24% da América Latina.

discussão sobre as políticas de democratização do acesso à Educação Superior, tema polêmico por excelência, uma vez que arrasta não apenas a antinomia público/privado, mas também a questão da qualidade da educação. Contudo, a análise que propomos neste texto priorizará os enfoques privilegiados pelos pesquisadores que elegeram este programa como objeto de suas pesquisas de doutorado, com o objetivo de contribuir para a discussão epistemológica e metodológica que vem sendo realizada por diversos autores do campo educacional interessados na consolidação da pesquisa em política educacional.

Considerando as críticas já mencionadas sobre a pesquisa em política educacional, o estudo aqui apresentado assume a insuficiência tanto dos modelos *Top down*, quanto dos *Bottom up*¹³ para a análise de políticas e, a partir do exame das teses¹⁴ de doutorado defendidas em programas de pós-graduação em educação, no período 2007- 2016, que tomaram o Prouni como objeto de estudo analisa a presença desses modelos nesses trabalhos e tece outras considerações metodológicas a partir das informações apresentadas por seus autores nos resumos disponibilizados na página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além da análise dos resumos das teses o texto integral foi consultado, especialmente no que se refere a informações não apresentadas nos resumos.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se, sucintamente, o campo da política educacional, seus desafios e especificidades. Na sequência, delinea-se um panorama geral das teses defendidas sobre o Prouni no período já informado¹⁵, indicando os estados e as respectivas áreas às quais estão vinculadas. Na terceira parte, procede-se à análise das teses defendidas em PPGs da área da Educação, com foco nas abordagens (e seus desdobramentos) escolhidas pelos autores desses trabalhos, bem como nos seus principais achados, conforme o objetivo anteriormente mencionado¹⁶.

Objetos de estudo e outras questões do campo da política educacional

Para melhor delimitar o campo da política educacional em sua especificidade é preciso compreendê-lo como parte do campo mais amplo das políticas públicas, e, ao mesmo tempo, como

¹³ *Top down* – de cima para baixo. *Bottom up* – de baixo para cima.

¹⁴ Escolhemos analisar apenas as teses por considerar que, diferentemente das dissertações, estas já apresentam (ou espera-se que apresentem) um nível mais avançado de análise, configurando-se como pesquisas propriamente ditas.

¹⁵ O levantamento das teses em foco foi atualizado a partir das informações disponibilizadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do descritor “Prouni” em junho de 2017.

¹⁶ Apesar de reconhecermos que este Programa também pode ser tratado em por pesquisadores que tratem mais de diferentes temáticas relacionadas à Educação Superior, como financiamento, relação público vs privado e ações afirmativas, em geral, optamos por privilegiar, nesta etapa da pesquisa apenas as teses que têm o Prouni como temática central.

um campo teórico multidisciplinar que não prescinde da contribuição das chamadas Ciências da Educação. Para Tello¹⁷, o enfoque jurídico-institucionalista impactou fortemente o ensino de política na América Latina até o início da década de 1980, quando, à influência da corrente francesa das ciências da educação “[...] como campo interdisciplinar pero fuertemente centrado en la pedagogía que tomaba como continente las humanidades [...]” , soma-se a da corrente anglo-saxônica, que confere a este campo um caráter mais pragmático, intervencionista e de viés positivista. Na atualidade, cabe ressaltar suas especificidades como campo teórico, no qual são produzidos e circulam conhecimentos sobre um objeto principal a tomada de decisões, na Educação, por diferentes atores em diferentes níveis da política e que tem por objeto as políticas educacionais, políticas docentes, políticas de financiamento, políticas de sistemas de governo, micropolíticas, dentre outras.

No que se refere aos modos de investigação próprios desse campo, múltiplas são as possibilidades; do mesmo modo as críticas, muitas delas já presentes na literatura própria das políticas públicas, como, por exemplo as que focalizam os modelos clássicos, dos quais criticam-se o reducionismo e a linearidade que os caracterizam e que os tornam, por essa razão, insuficientes para a compreensão da trajetória nas políticas públicas, dentre as quais incluem-se as da área da educação. Especial atenção merecem as críticas aos estudos *Top down e Bottom up*, por entenderem, ambos, a política de modo linear, dispensando pouca atenção ao caráter processual das políticas, ou seja, à dimensão *politics*, que diz respeito, segundo Frey¹⁸, à “[...] imposição de objetivos, aos conteúdos e às dimensões de distribuição”.

De acordo com o modelo *Top down* (de cima para baixo), a implementação de uma política se segue ao processo decisório. Oriundo das pesquisas que, no início dos anos 1960 e no final da mesma década, na Europa, buscaram revelar “deficits de implementação¹⁹”, o modelo *Top down*, de viés positivista e influenciado pelo pragmatismo americano, privilegia a análise de decisões políticas tomadas em nível central, ao passo que o modelo *Bottom up* focaliza o jogo de forças presente no nível local da prática de uma política.

Pode-se afirmar que a principal crítica direcionada ao modelo *Top down* refere-se à ideia de que existe ou possa existir uma relação causal, linear entre os objetivos, as ações previstas para alcançá-los e os resultados. Assume-se, nesse caso, a racionalidade, previsibilidade e verificabilidade de um processo o qual, na verdade, implica a interação entre numerosos interesses

¹⁷ TELLO, C. “La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo. Entre las matrices históricas y la episteme de época”. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v.24, n.55, jan./abr.2015, p. 125-141. p.128.

¹⁸ FREY, K. “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, junho de 2000 p. 211-259. p. 217.

¹⁹ PASSONE, E. F. K. “Contribuições atuais sobre o estudo de políticas educacionais”. *Cadernos de Pesquisa*, v.43, n. 149, maio/ago, 2013, p.596-613.

e uma grande diversidade de atores que agem, tanto no plano central, de onde as decisões partiram, quanto no âmbito das realidades locais.

O modelo *Bottom up*, constituído a partir das críticas ao modelo *Top down*, contesta a suposição de que exista um controle perfeito do processo de implementação, visto que sua eficácia depende dos grupos a quem a política é direcionada, os quais, dotados de poder discricionário, não apenas podem influenciar, como limitar a implementação da política.

O que buscaram, essencialmente, os autores das pesquisas sobre o Prouni tratadas neste trabalho? De que tipo de procedimentos lançaram mão para avaliar suas hipóteses ou responder suas indagações? Como relacionam as hipóteses, ou perguntas de pesquisa com as evidências colhidas nesses textos? Pode-se dizer que apresentam, no conjunto, conhecimento relevante e original e passível de acumulação? Não é nossa intenção responder a todas essas perguntas no escopo deste trabalho, mas conduzir uma exploração inicial da temática, com o objetivo último de contribuir com as pesquisas sobre o assunto e indicar caminhos para futuras investigações

Na próxima seção apresentaremos um panorama geral dos trabalhos mencionados, e em seguida prosseguiremos com a análise das propostas que motivaram essas pesquisas, bem como do tratamento dado à temática.

Panorama das Teses

Logo após a instituição do Prouni, em 2005, uma leva inicial de textos críticos sobre o Programa, notadamente na forma de artigos publicados em periódicos, foram publicados. Contudo, somente a partir de 2007 começam a aparecer as pesquisas de tese sobre o assunto, trazendo novos ângulos de análise, visto que em sua maioria apresentaram evidências colhidas em Instituições de Ensino Superior (IES) que aderiram ao Programa, muitas delas por meio de contato direto com bolsistas e gestores. Utilizando o descritor “Prouni”, encontramos registradas 49 teses, defendidas no período de 2007 a 2016 em Programas de Pós-Graduação de diferentes áreas.

A maioria das teses foi produzida em programas das regiões Sudeste e Sul e em 18 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (13 federais e 5 estaduais); as demais procedem de 6 instituições privadas filantrópicas, a maioria católicas. Quanto às áreas em que foram produzidas, conforme se pode ver no quadro seguinte, a maioria é proveniente de cursos de pós-graduação em Educação, embora seja registrada a presença, com menor representatividade, de outras áreas das ciências humanas e sociais aplicadas. O Quadro 1 apresenta essa distribuição.

Quadro 1 – Distribuição das teses por áreas	
Área	2007/2016
Educação	32
Serviço Social	5
Administração	3
Direito	2
Sociologia	2
Antropologia	1
Ciências Sociais	1
Economia	1
Engenharia de Produção	1
Políticas Públicas e Formação Humana	1
Total	49

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses da Capes.

Das 49 teses relacionadas no Quadro 3, quase a metade foi produzida em programas de pós-graduação do estado de São Paulo (23 teses); as 26 restantes distribuíram-se entre os seguintes estados: Rio Grande do Sul (8), Rio de Janeiro (4), Bahia (2), Ceará (2), Minas Gerais (2), Pará (2), Paraná (2), Goiás (1), Rio Grande do Norte (1), Paraíba (1) e Pernambuco (1), conforme resume o Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das teses pelos Estados	
Estados	Teses
São Paulo	23
Rio Grande do Sul	8
Rio de Janeiro	4
Bahia	2
Ceará	2
Minas Gerais	2
Pará	2
Paraná	2
Goiás	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Total	49

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses da Capes.

Na impossibilidade de analisar as teses de todas as áreas identificadas a partir do descritor “Prouni”, focalizaremos apenas aquelas defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, como parte do esforço inicial de estado da arte de pesquisas sobre o assunto em tela. Cabe ressaltar que dentre as 32 teses do campo da educação, localizadas a partir do descritor já mencionado, 9 foram excluídas por não terem, como foco principal o Programa, independentemente de menções pontuais incluídas em um ou outro capítulo da tese.

O que refletem as teses?

Para responder esta pergunta, após a leitura de todos os resumos, um quadro foi organizado para obtenção de uma visão geral das temáticas, dos objetivos, bem como das abordagens teóricas e metodológicas e dos resultados apresentados. A leitura dos resumos, entretanto, revelou-se, de imediato, insatisfatória. Apesar de todos apresentarem, de um modo mais, ou menos, explícito a definição dos objetivos, foram encontrados vários casos em que um ou dois dos seguintes itens não constavam: descrição da metodologia, informação sobre os referenciais adotados e até mesmo apresentação dos resultados da investigação.

A partir dos títulos das teses apresenta-se, a seguir, uma síntese das principais temáticas que focalizam.

- Relação público/privado
- Favorecimento do setor privado
- Pseudodemocratização e não favorecimento da construção da hegemonia da classe trabalhadora
- Inclusão acadêmica, social e no mundo do trabalho²⁰
- Trajetórias dos bolsistas
- Atribuição de significados ao Programa por parte dos bolsistas
- Evasão nas licenciaturas
- Impacto na qualidade das IES a partir da presença dos bolsistas.

Quanto aos enfoques, analisados os trabalhos em conjunto, é possível notar uma primeira grande divisão: (a) estudos críticos, os quais, sustentados na oposição público vs. privado tecem considerações sobre o que consideram aspectos demagógicos do Programa; e (b) estudos de campo, realizados em uma ou mais IES e que contam com informações baseadas tanto em documentação fornecida pelas instituições, quanto resultantes de entrevistas e aplicação de questionários junto a bolsistas, professores e gestores, em geral.

Quanto aos estudos críticos, quatro das teses se encaixam nessa categoria, com uma pequena observação. Três delas, além das obrigatórias considerações sobre o ensino superior no país, fazem críticas ao Prouni, por favorecer o setor privado mercantil e também por não contribuir para a construção da hegemonia da classe trabalhadora. A quarta tese distingue-se das primeiras por

²⁰ Inclui desempenho e conclusão do curso, ação das IES para acolher e acompanhar, bem como o esforço dos bolsistas. Do ponto de vista dos sujeitos, além de levantamento de dados junto aos bolsistas, inclui ainda a coleta de informações junto a egressos, gestores e professores. Inclui também a inserção de negros na Educação Superior por meio do Programa.

buscar certo equilíbrio na discussão da relação público/privado, concluindo que o Prouni se caracteriza pela ambiguidade e contradição e tanto apresenta ganhos de mercado, quanto conquistas sociais.

Como características comuns às quatro (a) o fato de serem estudos predominantemente teóricos, os quais utilizaram apenas documentos como material de análise. (b) poderem ser definidos como exercícios de argumentação baseadas em pressupostos para os quais buscaram confirmação amparada em dados e informações selecionados especificamente para tal fim.²¹ Apresentam, de um modo geral, discussões sobre os efeitos das políticas mundiais, do neoliberalismo ou de outros fatores da geopolítica educacional. Assinalam o que consideram o caráter pseudodemocratizante do Prouni e denunciam a transferência de recursos públicos para o setor privado, como resultado da instituição do Programa, que, ao fim e ao cabo, estaria contribuindo para o aumento dos lucros dos empresários do setor educacional. Tratam do Prouni em uma perspectiva relacionada à macropolítica, aos efeitos do neoliberalismo e às prescrições de organismos internacionais no que concerne à formulação de políticas públicas educacionais. Sinalizam ainda aspectos da acumulação capitalista e mercantilização da educação propiciada pelo favorecimento ao setor privado ao invés do investimento nas IES públicas, com menções pontuais à questão da qualidade.

No âmbito dessas teses que denunciam o caráter falsamente democratizante do Prouni encontra-se também a oposição políticas universalistas *versus* políticas focalizadas, tema que alimentou o debate sobre reserva de vagas nas universidades públicas, quando do seu lançamento, no início da década de 2000. Cabe mencionar, por fim, que apenas com certa licença podem ser consideradas análises do tipo *Top down*, visto que focalizam prioritariamente, e em alguns casos exclusivamente, o texto da Lei e seus desdobramentos mais imediatos, desconsiderando o contexto da implementação, tarefa realizada pelo restante dos estudos, dos quais trataremos na sequência.

No restante das teses, (19) seus autores dedicam-se a examinar o desdobramento do Programa em uma ou mais IES, e acrescentam à análise bibliográfica e/ou documental informações obtidas por meio de pesquisa com bolsistas, gestores e professores. Nesse contexto, trabalham, fundamentalmente, com a categoria inclusão, com dois desdobramentos principais: inclusão na universidade, com bom aproveitamento, e inclusão no mercado de trabalho, nos casos em que os sujeitos da pesquisa são os egressos. Cabe ressaltar que, para melhor justificarem a ideia de inclusão, algumas dessas teses também examinam as trajetórias dos bolsistas. No conjunto,

²¹ As palavras chave utilizadas nesses trabalhos, retirando-se as repetições são: “Público, privado, ensino superior Reforma, Prouni, políticas de acesso, construção, hegemonia, classe, trabalhadora, fundo público, Educação superior privada, mercantilização e financeirização.

investigam as condições dos estudantes ou egressos, suas trajetórias e os efeitos dessa política para suas vidas. Tratam também dos contextos institucionais das universidades, seu funcionamento e capacidade de lidar com o público que ingressa nas IES por meio dessa política educacional. Focalizam especialmente sua capacidade de acolhimento, estímulo à permanência, com aproveitamento, e condições para conclusão do curso. Essas pesquisas, em geral, são as que fazem uso de um maior número de procedimentos de coleta, combinando análise de documentos relativos ao programa com aplicação de questionários e entrevistas com bolsistas e gestores e ainda com observação *in loco*. A ênfase em produção de conhecimento baseado em evidências, possivelmente para subsidiar iniciativas de acolhimento, ou mesmo para contribuir para a acumulação de conhecimento sobre essa política, explicaria a menor investida em trabalhos teóricos.

Quanto ao tipo de pesquisa realizado, 9 das 19 teses optaram pela pesquisa exclusivamente qualitativa, ao passo que as 8 combinaram a abordagem quantitativa com a qualitativa, embora se possa afirmar que os dados quantitativos coletados por meio de questionários ou em fontes secundárias como documentos de IES ou cadastros de instituições de interesse para a pesquisa, majoritariamente, serviram muito mais como pano de fundo para a análise qualitativa, razão pela qual apenas com certa licença podem ser consideradas investigações quanti-quali, como usualmente são denominadas aquelas que utilizam com certo equilíbrio os dois tipos de dados e análise. A grande incidência de análises qualitativas tanto pode revelar o propósito de aprofundar os conhecimentos a respeito dos efeitos do Programa na vida dos beneficiários, quanto a falta de preparo do pesquisador em educação para lidar com pesquisas do tipo *survey*, e ainda a necessidade de determinadas instituições de conhecer mais profundamente os impactos do Prouni nos processos institucionais. Cabe ressaltar que não foi possível identificar o tipo de pesquisa realizado em 2 das teses.

De fato, consideradas as teses no total, predomina a abordagem descritiva, com exceção dos já mencionados trabalhos que, ao pretenderem trabalhar com hipóteses, privilegiam a argumentação, sem prejuízo da apresentação de alguns dados, arrolados com o intuito de fortalecer suas assertivas principais. Nesse ponto, convém indagar sobre a propriedade do uso de “hipóteses” em pesquisas do tipo predominantemente qualitativos, cujas evidências são colhidas em estudos individuais, sem que sejam buscados potenciais falseadores dessas “apostas”. Tais “hipóteses”, em pesquisas desse tipo revelam-se, de fato, como suposições, apenas, para as quais se busca confirmação com pouquíssimas evidências, o que leva a resultados frágeis e inconsistentes.

Quanto aos fundamentos teóricos apresentados nessas teses, salta aos olhos a variação e dispersão de autores por várias áreas e filiações e ainda a quantidade dos autores chamados à discussão, não apenas a se considerar as teses no total e, em alguns casos, uma mesma tese. Não se

pode afirmar que os autores desses trabalhos deixaram de incluir contribuições teóricas, em suas análises, haja vista que, no total, mais de uma centena de autores foram utilizados com o intuito de fundamentar as discussões sobre temas como “público vs. privado”, “educação superior” “direito à educação”, “estilos de aprendizagem” “mobilidade social”, “teoria da igualdade” “reformas, justiça, regulação”, “cidadania”, “qualidade”, “juventude e emprego”, “políticas focalizadas vs. políticas universalistas” “*habitus*”, “compreensão do sujeito”, “dimensão subjetiva da desigualdade social”, “evasão”, “qualidade da educação superior”, “inserção de negros na educação superior”, dentre outros. A filiação tão diversificada dos autores elencados, provenientes de áreas como educação, filosofia, economia, sociologia, ciência política, psicologia, dentre outras, pode revelar, tanto a riqueza das possibilidades de abordagem do tema e o caráter interdisciplinar do campo, quanto certa arbitrariedade nas escolhas, decorrentes, por certo, da já mencionada fragilidade teórico-metodológica da pesquisa em política educacional no Brasil. Ressalte-se, contudo, que dos trabalhos que buscaram, em uma ou mais IES, acompanhar o que nomearam genericamente “implantação”, apenas em um deles há referência a autores propriamente do campo, seja em menções à Policy Science, seja à versão do “ciclo de políticas” de Stephen Ball, a partir do trabalho de Mainardes (2006). Trata-se de um estudo quali-quantitativo que se distingue dos demais citados por se propor a realizar um “estudo de avaliação” e não análise de “implantação” e/ou “acompanhamento”.

Considerações finais

O Programa Universidade para Todos (Prouni) desde o seu lançamento tem provocado reações extremadas, que variam da enfática defesa dessa política, por possibilitar o acesso de estudantes desfavorecidos à Educação Superior, à crítica mais severa, sob o argumento de que promove uma pseudodemocratização, que encobriria o favorecimento às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. A instituição do Prouni constitui uma resposta a uma dupla demanda que o Estado brasileiro tem recebido com relação à Educação Superior: a ampliação do acesso e a reparação de desigualdades sócio-historicamente construídas e mantidas. Por outro lado, quase contraditoriamente, esta política se coloca no âmago dos problemas relativos à relação entre público e privado da educação nacional, conforme pudemos demonstrar na análise das teses apresentada nas seções anteriores.

Em se tratando de estudos do campo da política educacional, cuja fraca acumulação de conhecimento tem sido por diversas vezes apontada, cabe indagar: (a) possibilitaram gerar

conhecimento novo e relevante sobre o assunto? (b) contribuíram para esclarecer ou ilustrar de forma consistente algum aspecto da política em tela? Seria o caso de valorizar o modelo Hipotético-Dedutivo (H-D) ou procurar gerar algum tipo de teorização a partir da identificação de categorias que não só sejam replicadas nos vários estudos mas possam ainda servir para guiar estudos posteriores?

A despeito da pequena quantidade de teses examinadas é possível encontrar alguns pontos de encontro que possam favorecer a acumulação de conhecimento sobre o assunto ou ainda para inspirar futuras pesquisas sobre essa política. Independentemente da dispersão já mencionada, pode-se, futuramente, avançar da descrição para maior compreensão da temática a partir do aprofundamento de duas categorias que, indiscutivelmente, emergem das conclusões dos trabalhos, tanto daqueles que tratam o Prouni como macropolítica, partem de hipóteses e buscam fazer um exercício de demonstração, baseado em evidências bibliográficas e documentais, essencialmente, quanto dos que trabalham no contexto da prática, e cuja ênfase recai na coleta de informações em IES que aderiram ao Programa.

No primeiro caso, cabe um aprofundamento da categoria democratização (ou pseudo-democratização) do acesso à educação superior, haja vista que não se pode considerar como indicador de sua presença ou ausência apenas a coerência da argumentação e/ou a companhia de determinados autores, os quais, necessariamente, guiarão a busca por elementos confirmadores das premissas assumidas, sem a necessária abertura para contra-exemplos ou mesmo para evidências que apenas um rico contato com o campo pode proporcionar. No segundo, é a categoria inclusão que merece uma definição mais acurada, tanto por parte dos que claramente defendem o caráter inclusivo (seja na educação superior, seja no mundo do trabalho) do Programa em tela, quanto os que apesar de admitirem seu caráter inclusivo o fazem com ressalvas.

A rigor, não se pode afirmar, nem que a Política em análise é pseudodemocratizante unicamente porque se parte de um referencial segundo o qual estas não resolvem o problema do acesso à educação superior de qualidade complementando-se ilustrando-se esses pressupostos com dados parciais e localizados, do mesmo modo que não se pode inferir, com base nos estudos chamados de implantação, que o Programa inclui socialmente e/ou produz mobilidade social apenas a partir de interpretações dos bolsistas, mesmo ressalvadas as precariedades relativas às condições para permanência, assim como a necessidade de empenho do estudante para acompanhar e concluir os cursos.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. “Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 51, fev. 2003, p.7-9.
- AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. “A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED”. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 77; p 49-70, Dezembro, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7045.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2008.
- BALL, S.; MAINARDES, J. “Introdução”. In BALL, S. MAINARDES, J. (ORGS). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 11-20.
- BROCHIER, C. “Algumas observações e proposições sobre a metodologia das pesquisas de sociologia empírica”. *Pro-posições*, v. 17, n. I (49), jan./abr, 2006. p. 243-268.
- CUNHA, L. A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação. In: *Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação*, Brasília, CAPES/MEC, 1979.
- FREY, K. “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, junho de 2000 p. 211-259. p. 217.
- GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.
- MAINARDES, J. e GANDIN, L. A. “A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais”. In: TELLO, C. e ALMEIDA, M. L. P. de. (Orgs.) *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 143-168.
- MOREIRA, L. P. *Pedagogia e construção do conhecimento: questões de teoria e método*. Marília, SP: Poësis, 2015.
- PASSONE, E. F. K. “Contribuições atuais sobre o estudo de políticas educacionais”. *Cadernos de Pesquisa*, v.43, n. 149, maio/ago, 2013, p.596-613.
- TELLO, C. G. “La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo. Entre las matrices históricas y la episteme de época”. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v.24, n.55, p. 125-141.
- TELLO, C. G. “El objeto de estudio en ciencias sociales: entre la pregunta y la Hipótesis”. *Cinta Moebio* 42, p. 225-242, 2011. Disponível em: <www.moebio.uchile.cl/42/tello.html> Acesso em: 30 ago. 2015.